

Sunab procura diálogo

O curador de Justiça dos Consumidores, Hélio Gama, recebeu ontem, a portas fechadas, o diretor do Departamento de Controle e Fiscalização da Sunab, Carlos Alberto de Bastos, para discutir os aumentos das mensalidades escolares. Segundo o curador, a Sunab está de mãos atadas para atuar, em face do decreto presidencial 95.720, que estabeleceu a liberação da semestralidade.

"A vinda espontânea de Carlos Alberto de Bastos à Procuradoria para conversar sobre o problema já pode ser considerado um passo à frente. Discutimos os aspectos legais que envolvem a atuação da Sunab e do Conselho Estadual de Educação. Ficou resolvido que enviarei um expediente para Maria Cristina Resende, superintendente em exercício na Sunab, procurando viabilizar os mecanismos de atuação", disse Hélio Gama.

Para a presidente da Apaerj, Carmelena Pereira, que participou apenas da metade da reunião, a visita do diretor da Sunab "prova que as autoridades estão preocupadas com a gravidade da situação".

"Certamente, deverá haver uma decisão por parte do governo o mais rápido possível, para evitar a continuidade dos abusos dos donos de escolas."

Enquanto esta decisão não chega, Carmelena pretende aumentar o movimento dos pais e alunos. Ela afirmou que

a Apaerj está pretendendo ingressar na Justiça.

Ameaça — A direção da Escola Pingo de Prata (Rua Nacional 606, Taquara) enviou no dia 5 uma circular aos pais dos alunos comunicando que, caso se repitam "cenas de desacato e ofensas à direção (...) por um pequeno grupo que contesta as decisões da Escola e têm o prazer de provocar e participar de agitação (...) tomará as medidas que se fizerem necessárias contra badernas e tumultos na porta da escola".

Tomada como uma ameaça por pais que protestavam contra os aumentos, a circular que tentava explicar aos pais estes últimos reajustes das mensalidades — que passaram de CZ\$ 491, em dezembro, para cerca de CZ\$ 4 mil e 400 em abril — acabou por se tornar prova de irregularidade por parte da escola.

Segundo Solange Maria Dias Moreira e Sueli Mittaragis, que foram à Procuradoria junto a outras três mães denunciar a Escola Pingo de Prata, além da mensalidade, os alunos pagam, também mensalmente, uma taxa de xerox de CZ\$ 100.

"A Pingo de Prata está cobrando 100% acima do que poderia cobrar e não fornece sequer água para os alunos. As torneiras dos bebedouros estão sempre secas para obrigar os a comprar refrigerantes na cantina e as crianças são transportadas em Kombis lotadas — contou Sueli.